

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA REFERENTE
AO EXERCÍCIO 2017**

O Regime de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC) é considerado de caráter contributivo e solidário. Está organizado de acordo com a Lei Complementar 412/2008 e alterações da Lei Complementar 662/15, sendo composto pela Unidade Gestora – Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV/SC) e pelo Fundo Financeiro.

O IPREV é uma autarquia, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, patrimonial e financeira, em relação ao Poder Executivo, vinculado à Secretaria de Estado da Administração. O Fundo Financeiro é destinado ao pagamento de benefícios previdenciários a segurados e dependentes de servidores públicos.

Este Conselho Fiscal tomou posse em setembro de 2016 e, como órgão de fiscalização da gestão financeira, apreciou documentos, relatórios, atividades e comparativos de receita e despesa encaminhados pelo IPREV, bem como solicitou algumas informações e esclarecimentos, quando pertinente.

De acordo com o inciso VIII do artigo 43 da Lei Complementar nº 412/2008, “compete ao Conselho Fiscal remeter ao Conselho de Administração do RPPS/SC, anualmente, parecer sobre as contas e os balancetes do IPREV”.

Após análise dos balanços, balancetes e Relatórios de Controle Interno disponibilizados eletronicamente no endereço <HTTPS://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>, este Conselho emite parecer sobre as contas do exercício de 2017.

1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os Balanços Orçamentários das unidades gestoras que compõem o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC) estão descritos no quadro seguinte. Neles, constam as receitas realizadas e as despesas liquidadas.

Quadro 1 - Resultado Orçamentário do Exercício

RECEITAS/DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	IPREV – Unidade Administrativa	Fundo Financeiro
RECEITAS CORRENTES	2.902.909,18	2.410.554.902,00
Receitas de Contribuições	0	2.336.186.085,74
Receita Patrimonial	2.332.290,99	38.858.229,56
Receita de Serviços	355.290,01	5.799.642,08
Outras Receitas Correntes	215.328,18	29.710.944,62
RECEITAS DE CAPITAL	85,80	0
Alienação de Bens	0	0
Amortização de Empréstimo	85,80	0
SUBTOTAL DAS RECEITAS	2.902.994,98	2.410.554.902,00
DÉFICIT	94.693.538,37	3.028.700.346,17
TOTAL	97.596.447,55	5.439.255.248,17
DESPESAS CORRENTES	97.567.180,60	5.439.255.248,17
Pessoal e Encargos Sociais	37.444.135,61	5.395.267.528,98
Outras Despesas Correntes	60.123.044,99	43.987.719,19
DESPESAS DE CAPITAL	29.266,95	0
Investimentos	29.266,95	0
SUBTOTAL DAS DESPESAS	97.596.447,55	5.439.255.248,17
SUPERÁVIT	0	0
TOTAL	97.596.447,55	5.439.255.248,17

Fonte: Balanço orçamentário

O resultado orçamentário, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, é obtido por meio da diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício. Tais receitas e despesas somente podem ser realizadas após autorização legislativa, que se concretiza por meio da Lei Orçamentária Anual.

Verificou-se, conforme o quadro 1, que a Unidade Administrativa do IPREV apresentou déficit, ou seja, as receitas foram menores que as despesas, num montante de R\$ 94.693.538,37. Porém, conforme verifica-se no quadro 2 a seguir, considerando-se as transferências financeiras, o resultado foi superavitário no montante de R\$ 922.547,43. Este ajuste faz-se necessário porque parte das receitas são arrecadas pelas Unidades Gestoras do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo o Ministério Público e o TCE/SC.

Na Unidade Administrativa no item Outras Despesas Correntes, estão incluídas entre outras despesas as referentes ao PIS/PASEP no total de R\$ 44.704.165,33.

O Fundo Financeiro apresentou no Balanço Orçamentário um déficit de R\$ 3.028.700.346,17, porém considerando-se as transferências financeiras, o déficit final foi de R\$ 53.332.375,40.

Quadro 2 - Resultado Financeiro do Exercício

Itens	IPREV - Unid. Administrativa	Fundo Financeiro
Receita Orçamentária	2.902.994,98	2.410.554.902,00
Despesa Orçamentária	(97.596.447,55)	(5.439.255.248,17)
Transferências Recebidas	95.631.886,03	3.766.834.896,53
Transferências Concedidas	(15.886,03)	(684.802.174,96)
Resultado	922.547,43	53.332.375,40

Fonte: Balanço Financeiro

Quadro 3 – Apuração do superávit Financeiro – Fundo Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Financeiro	382.232.609,16	321.628.840,23
Passivo Financeiro	65.584.914,42	58.498.544,39
Superávit Financeiro	316.647.694,74	263.130.295,84

Fonte: Balanço Patrimonial

2 - DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (VPA/VPD)

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) equivalem-se ao conceito de “Receitas” na contabilidade privada, independentemente da execução orçamentária. Da mesma forma, as Variações Patrimoniais Diminutivas (VDPs) equivalem-se às “Despesas” na contabilidade regida pela Lei Federal 6.404/76 e suas alterações.

Os quadros 4 e 5 a seguir apresentam o resultado patrimonial do exercício (receitas – despesas), da Unidade Administrativa e do Fundo Financeiro.

Quadro 4 - Variações Patrimoniais do Exercício - Unidade Administrativa

Descrição	Valor R\$	Perc. %
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	99.233.093,62	100%
Taxa Administração	95.631.886,03	96,37%

Outras Receitas	3.601.207,59	3,63%
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	94.169.527,44	100%
Pessoal e Encargos	39.024.253,62	41,44%
PIS/PASEP	46.930.614,14	49,84%
Outras Despesas	8.214.659,68	8,72%
Resultado Patrimonial do Exercício	5.063.566,18	-

Fonte: Balancete Dezembro/2017 e Demonstração das Variações Patrimoniais

Verificou-se que 96,37% das receitas da Unidade Administrativa são relativas à taxa de administração. Quanto às despesas, 41,44% referem-se a Pessoal e Encargos e 49,84% ao PIS/PASEP.

Quadro 5 - Variações Patrimoniais do Exercício – Fundo Financeiro

Descrição	Valor R\$	Perc. %
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	91.339.535.458,78	
Reversão de Provisões Matemáticas	84.933.927.023,19	
Total VPAs (-) Reversão de Provisões Matemáticas	6.405.608.435,59	100,00%
Transferências Intragovernamentais	3.767.144.252,19	58,81%
Contribuições Patronais	1.391.748.017,45	21,73%
Contribuições dos Servidores	934.600.342,93	14,59%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	37.185.265,09	0,58%
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	27.984.569,84	0,44%
Serviços Administrativos	5.799.642,08	0,09%
Variações Monetárias e Cambiais de Créditos a Receber	237.506.856,64	3,71%
Aluguéis	1.669.890,07	0,03%
outras VPAs	1.969.599,30	0,03%
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	90.617.594.251,47	
Provisões Matemáticas Previdenciárias	84.253.203.855,77	
Total VPDs (-) Provisões Matemáticas Previdenciárias	6.364.390.395,70	100,00%
Aposentadorias e Reformas	4.445.797.946,64	69,85%
Transferências Intragovernamentais	684.802.174,96	10,76%
Pensões	987.575.479,32	15,52%
Variações Monetárias de Sentenças Judiciais	224.653.418,83	3,53%
Perdas com Créditos Prescritos	15.532.508,73	0,24%
Pessoal e Encargos	3.914.567,07	0,06%
Honorários Advocatícios - Ônus de Sucumbência	1.861.605,65	0,03%
Outras VPDs	252.694,50	0,00%
Resultado Patrimonial do Exercício	721.941.207,31	-

Fonte: Balancete Dezembro/2017e Demonstração das Variações Patrimoniais

Reversão de Provisões Matemáticas (4.9.7.1.1.03.)	84.933.927.023,19
Provisões Matemáticas Previdenciárias (3.9.7.2.1)	84.253.203.855,77
Resultado negativo das Provisões Matemáticas	680.723.167,42

Conforme consta nos comentários do Quadro 8 – Débito das Prefeituras Municipais, foram baixados créditos com as Prefeituras Municipais de Florianópolis, Iporã do Oeste, São Domingos e Dona Emma, em virtude de decadência/prescrição.

Para a análise das variações patrimoniais do Fundo Financeiro, desconsiderou-se as receitas e despesas relativas às provisões matemáticas, que resultaram em R\$ 680.723.167,42.

Verificou-se que as contribuições patronais representam 21,73%, as contribuições dos servidores 14,49%, e as Transferências Intragovernamentais 58,81% das receitas patrimoniais.

Quanto às despesas, Aposentadorias e Reformas representam 69,85%, Transferências Intragovernamentais 15,52% e Pensões 10,76%.

3 – DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Os quadros 6 e 7 a seguir demonstram a situação patrimonial da Unidade Administrativa e do Fundo Financeiro, apresentando os saldos em 31/12/2017 e 31/12/2016.

Quadro 6 - Balanço Patrimonial - Unidade Administrativa

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO	18.370.995,74	15.998.048,34
Ativo Circulante	18.293.695,63	15.638.723,36
Demais Créditos a curto prazo	43.873,80	44.373,80
Investimentos e aplicações Temporárias	18.197.857,36	15.522.743,60
Estoques	37.707,63	55.563,61
Vpd Pagas Antecipadamente	14.256,84	16.042,35
Ativo Não Circulante	77.300,11	359.324,98

Imobilizado	77.300,11	359.324,98
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.370.995,74	15.998.048,34
PASSIVO	1.361.949,64	3.730.649,08
Passivo Circulante	819.443,64	3.178.910,62
Obrigações Trab. Previd.Assist. a curto prazo	428.124,26	266.137,84
Fornecedores a Pagar/contas a pagar a curto prazo	128.928,30	205.970,09
Tributos Federais Renegociados	0,00	2.413.617,00
Demais Obrigações a curto prazo	262.391,08	293.185,69
Passivo Não Circulante	542.506,00	551.738,46
Precatórios de Fornecedores	542.506,00	308.590,79
Precatórios de Pessoal	0,00	243.147,67
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.009.046,10	12.267.399,26
Resultados Acumulados	17.009.046,10	12.267.399,26
Superávits ou Déficits do Exercício - Consolidação	-35.828.352,33	- 39.891.643,89
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	99.696.093,49	- 59.792.873,64
Ajustes de Exercícios Anteriores	-321.919,34	-11.575,96
Superávits ou Déficits do Exercício - Intra OFSS	88.987.991,72	95.566.644,49
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	193.445.542,50	97.878.898,01
Superávits ou Déficits do Exercício - Inter União	-48.065.983,30	-36.297.033,52
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	-81.412.202,13	-45.115.168,61
Superávits ou Déficits do Exercício - Inter Município	-30,089,91	-9.768,61
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	-69.847,62	-60.079,01

Fonte: Balanço Patrimonial

Verificou-se que o patrimônio líquido da Unidade Administrativa passou de R\$ 12.267.399,26 em 2016 para R\$ 17.009.046,10 em 2017, tendo um acréscimo de R\$ 4.741.646,84. Verificou-se economia de recursos na Unidade Administrativa em relação ao exercício anterior. As Variações Patrimoniais Diminutivas em 2017 totalizaram R\$ 94.169.527,44, com Variações Patrimoniais Aumentativas à Taxa de Administração no montante de R\$ 95.616.000,00. Em 2016 as Variações Patrimoniais diminutivas totalizaram R\$ 100.092.518,82, com Variações Patrimoniais Aumentativas relativas a Taxa de Administração no montante de R\$ 111.697.872,75. Essa economia está registrada, substancialmente, no item “Investimentos e aplicações Temporárias” que passou de R\$ 15.522.743,60 para R\$ 18.197.857,36, bem como na quitação de Obrigações Fiscais à curto prazo no valor de R\$ 2.413.617,00

Quadro 7 - Balanço Patrimonial - Fundo Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO	505.241.378,99	468.667.494,79
Ativo Circulante	394.264.842,97	342.118.500,00
Caixa em Moeda Nacional	168.353,70	19.344,94
Contribuições Sociais - Consolidação	11.622.882,32	7.327.083,84
Créditos Previdenciários Parcelados - Intra	-	12.670.918,25
Créditos Previdenciários Parcelados - Inter Municípios	275.495,28	275.495,28
Ações Passíveis de Alienação	133.856,21	216.162,40
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	382.064.255,46	321.609.495,29
Ativo Não Circulante	110.976.536,02	126.548.994,79
Dívida Ativa Tributária - Intra	-	-
Créditos a Longo Prazo - Inter Municípios	1.324.033,49	17.132.037,50
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	2.600,00	2.600,00
Propriedades para Investimento	41.810.881,77	41.803.077,93
Imobilizado	67.839.020,76	67.608.439,36
Intangível	-	2.840,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	505.241.378,99	468.667.494,79
PASSIVO	339.667.325,04	1.025.031.808,15
Passivo Circulante	103.588.013,66	105.577.470,15
Precatórios de Benefícios Previdenciários	38.038.958,36	47.263.949,26
Valores Restituíveis (Consignações e Depósitos)	65.549.055,30	58.313.520,89
Passivo Não Circulante	236.079.311,38	919.454.338,00
Precatórios de Benefícios Previdenciários	186.403.937,87	189.055.797,07
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	1.904.204.644,54	730.398.540,93
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	-1.854.529.271,03	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	165.574.053,95	-556.364.313,36
Superávits ou Déficits do Exercício - Consolidação	-3.780.941.968,31	- 4.362.422.300,61
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	-	- 7.198.266.947,98
	11.560.689.248,59	
Superávits ou Déficits do Exercício - Intra OFSS	-2.840,00	3.735.543.017,36
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	4.474.546.143,93	7.154.452.859,00
Superávits ou Déficits do Exercício - Inter União	10.889.995.876,36	27.533.269,79
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	27.915.326,29	85.700.760,70
Superávits ou Déficits do Exercício - Inter Município	113.234.030,49	407.125,81
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	321.705,40	687.902,57

Verificou-se que consta no Balanço Patrimonial o montante de R\$ 49.675.373,51, relativo às provisões matemáticas, sendo R\$ 1.904.204.644,54 na conta Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e R\$ 1.854.529.271,03 na conta redutora Provisões Matemáticas de Benefícios à Conceder. Porém, conforme a Nota Técnica 3373/2017, de julho de 2017, tal montante refere-se a linha “Patrimônio”. O montante correto das provisões matemáticas, na forma da referida Nota Técnica, é de R\$ 145.514.165.893,57(vide Quadro 9). Recomenda-se a análise destes dados, a exemplo do que já ocorreu no Relatório referente ao ano de 2016.

Verificou-se que o Patrimônio Líquido do Fundo Financeiro passou de (-R\$ 556.364.313,36) em 2016 para R\$ 165.574.053,95 em 2017, tendo um acréscimo de R\$ 721.938.367,31. O componente patrimonial que mais colaborou para este acréscimo foi a Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias, que resultou em R\$ 680.723.167,42 (Quadro 5). O saldo registrado em 2016 era de R\$ 730.398.540,93 e passou a ser de R\$ 49.675.373,51 (R\$ 1904.204.644,54 – R\$ 1.854.529.271,03) em 2017.

Ressalte-se que as provisões matemáticas registradas no balanço não refletem a realidade expressa no cálculo atuarial de 2017.

Quadro 8 – Débito das Prefeituras Municipais

Os valores registrados no Ativo Circulante e Não Circulante, relativo aos Municípios devedores, conforme Relatório de Controle Interno, mês Dezembro/2017, são:

São José	1.187.041,76
Imarui	295.483,17
Major Gercino	67.052,16
Anitápolis	12.300,58
Governador Celso Ramos	29.033,28
São Bonifácio	4.167,52
Ibirama	4.450,30
TOTAL	R\$ 1.599.528,77

Conforme documento encaminhado pela Gerência Contábil do Instituto, foi baixado o crédito com a Prefeitura de Florianópolis em virtude da decadência/prescrição,

Processo IPESC 00001154/2003, fls 326 e 327. Da mesma forma foram baixados os créditos com as Prefeituras de Iporã do Oeste, São Domingos e Dona Emma por tratar-se de dívidas com o Plano de Saúde, que à época era administrado pelo IPESC e posteriormente transferido por Lei os seus débitos e créditos para a Secretaria de Estado da Administração.

4 – DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Anexo ao Balanço Anual consta a Nota Técnica 3373/17, elaborada por Francisco Humberto Simões Magro, Atuário MIBA 494, datada de Julho/2017, conforme quadros abaixo:

QUADRO CIVIL

ITEM	QUANTIDADE	FOLHA PAGAMENTO (R\$)	%
ATIVOS-QUADRO GERAL	30.673	244.590.660,95	35,83
ATIVOS –PROFESSORES	21.471	80.515.411,97	11,79
INATIVOS/PENSIONISTAS	56.680	357.581.189,48	52,38
TOTAL	108.824	682.687.262,40	100%

Na Relação Ativos x Inativos, o pessoal ativo que representava 49,34% do total em 2016, diminuiu para 47,92% enquanto que os Inativos e Pensionistas que representavam 50,66% passou em 2017 para 52,38%.

Do total de 56.680 Inativos/Pensionistas, 45.033 são Inativos e 11.647 são Pensionistas. Um acréscimo de 1.906 Inativos e 283 Pensionistas em relação ao ano de 2016.

QUADRO MILITAR

ITEM	QUANTIDADE	FOLHA PAGAMENTO(R\$)	%
ATIVOS	13.009	77.778.237,47	48,00
INATIVOS	9.457	84.244.791,51	52,00
TOTAL	22.466	162.023.028,98	100%

RESUMO GERAL – CIVIL E MILITAR

(Ativos, Inativos e Pensionistas)

ITEM	QUANTIDADE	FOLHA PAGAMENTO(R\$)	%
ATIVOS	65.153	402.884.310,39	49,76
INATIVOS/PENSIONISTAS	66.137	441.825.980,99	41,81
TOTAL GERAL	131.290	844.710.291,38	100%

A evolução do plano de custeio está demonstrada no item 5.4 - Futuras Aposentadorias, na tabela 23 da nota técnica, que informa o número de servidores inativos e pensionistas para os próximos 20 anos. Fica demonstrado que se em 2016 a folha de inativos e pensionistas representa 108,31% da folha dos ativos, em 2036 esse percentual se elevará para 128,61%.

Quadro 9 - Resultado do Fundo Financeiro

	RESERVAS TÉCNICAS
--	--------------------------

TIPO	BASE - 2016 (R\$)	BASE - 2015 (R\$)
(RMBAC)	(R\$ 68.387.982.544,94)	(63.799.856.538,62)
(RMBCC)	(R\$ 94.754.299.062,75)	(87.794.734.182,74)
(RESERVA TÉCNICA)	(R\$ 163.142.281.607,69)	(151.594.590.721,36)
COMP. FINANCEIRA RECEBER	R\$ 17.578.440.340,62	8.771.157.654,91
COMP. FINANCEIRA PAGAR	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PATRIMÔNIO	R\$ 49.675.373,50	730.398.540,91
RESULTADO (DÉFICIT)	(R\$ 145.514.165.893,57)	(142.093.034.525,54)

Fonte: Nota Técnica 3373/17.

De acordo com o mencionado relatório, o RMBAC representa a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder, a qual é calculada para os segurados do plano que estão em atividade. O RMBCC representa a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, a qual é calculada para os segurados do plano que já estão recebendo benefício de aposentadoria ou pensão por morte.

A Reserva Técnica representa a soma algébrica da RMBAC e RMBCC e a Compensação Financeira representa os valores que o IPREV pode se habilitar nos termos do §9º do art. 201 da Constituição Federal. O relatório informa que o art. 11, da portaria MPS 403/08 permite estabelecer a Compensação Previdenciária e por um princípio de prudência, foi atribuído 10% sobre o Valor Atual dos Benefícios Futuros do plano de Benefícios, atribuindo 8% ao Fundo Civil e 2% ao militar. O Resultado foi obtido pela operação do Patrimônio mais a Compensação Financeira menos a Reserva Técnica. Se o resultado é positivo, tem-se superávit, e quando negativo, ocorre déficit.

Conforme as premissas, métodos e hipóteses utilizados na avaliação atuarial, em dezembro, o custo atual de todos os benefícios propostos pelo fundo financeiro foi estimado em R\$ 163,1 bilhões. Enquanto, o montante dos direitos, representado pela compensação financeira a receber e, também, pelo valor patrimonial, possui o valor presente de R\$ 17,6 bilhões, que comparado com o total do passivo, resulta em um déficit atuarial de R\$ 145,5 bilhões, devendo ser este o valor demonstrado no balanço patrimonial do Fundo Financeiro, na conta Provisões Matemáticas.

Nos quadros a seguir o Resultado do Fundo Financeiro é dividido em Civil e Militar, na forma de exigência legal.

Quadro 10 - Apuração do Resultado do Fundo Financeiro Civil

RESERVAS TÉCNICAS	
TIPO	TOTAL (R\$)
(RMBAC)	(R\$ 58.272.799.661,35)
(RMBCC)	(R\$ 71.276.207.757,68)
(RESERVA TÉCNICA)	(R\$ 129.549.007.419,02)
COMP. FINANCEIRA RECEBER	R\$ 16.592.344.478,02
COMP. FINANCEIRA PAGAR	R\$ 0,00
PATRIMÔNIO	R\$ 49.675.373,50
RESULTADO (DÉFICIT)	(R\$ 112.906.987.567,50)

Fonte: Nota Técnica 3373/2017.

Quadro 11 - Apuração do Resultado do Fundo Financeiro Militar

RESERVAS TÉCNICAS	
TIPO	TOTAL (R\$)
(RMBAC)	(R\$ 10.115.182.883,59)
(RMBCC)	(R\$ 23.478.091.305,07)
(RESERVA TÉCNICA)	(R\$ 33.593.274.188,66)
COMP. FINANCEIRA RECEBER	R\$ 986.095.862,60
COMP. FINANCEIRA PAGAR	-
PATRIMÔNIO	R\$ 0,00
RESULTADO (DÉFICIT)	(R\$ 32.607.178.326,06)

Fonte: Nota Técnica 3373/2017

A Nota Técnica 3373/17, elaborada por Francisco Humberto Simões Magro, Atuário MIBA 494 apresenta o relatório de cálculo atuarial referente a 2016. Observa-se que as tabelas com dados dos contribuintes e beneficiários não apresentam a origem/fonte e onde estão disponibilizados, haja vista que não acompanham o relatório.

As tabelas 8 e 9 apresentam resumos do quadro funcional (ativos/inativos) de cada poder relacionado, incluindo o MP e o TCE, nas quais são apresentados quantitativos de servidores, sem mencionar sexo, médias salariais e etárias, valor das folhas de pagamento mensal e percentual, conforme ocorria em exercícios anteriores.

As tabelas 13 e 23 apresentam dados (quantidade e proventos) dos servidores inativos atuais e futuros. Ocorre que, a base de cálculo dos proventos dos servidores que

pertenciam ao antigo Fundo Previdenciário não pode ser o valor bruto da Folha de Pagamento, mas o valor base da contribuição previdenciária, haja vista que os benefícios serão calculados pela média das contribuições. Essa informação não restou caracterizada no relatório.

Observa-se também que o referido relatório ao projetar os resultados do Fundo Financeiro, não apresenta informações acerca da política de investimentos. Nesse sentido, a Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008, assim dispõe: “Art. 9º A taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial deverá ter como referência a meta estabelecida para as aplicações dos recursos do RPPS na Política de Investimentos do RPPS, limitada ao máximo de 6% (seis por cento) ao ano.”

Em 2017, foram contabilizadas como provisões matemáticas R\$ 49.675.373,51, correspondendo este valor, conforme o relatório de cálculo atuarial, ao Patrimônio apurado em 31/12/2015. Verifica-se que os registros contábeis decorrentes do relatório de cálculo atuarial estão em desacordo com o disposto na Portaria MPS nº 403/2008, trata da apuração do resultado atuarial e assim determina:

Da Apuração do Resultado Atuarial

Art. 16. Nas reavaliações atuariais anuais deverá ser efetuada a análise comparativa entre os resultados das três últimas avaliações atuariais, no mínimo.

Art. 17. As avaliações e reavaliações atuariais indicarão o valor presente dos compromissos futuros do plano de benefícios do RPPS, suas necessidades de custeio e o resultado atuarial.

§ 1º O passivo atuarial do RPPS é representado pelas reservas matemáticas previdenciárias que correspondem aos compromissos líquidos do plano de benefícios.

§ 2º Na hipótese do RPPS constituir fundo previdencial para oscilação de risco este deverá compor o passivo atuarial.

§ 3º As reservas matemáticas previdenciárias serão registradas no Passivo Exigível a Longo Prazo, no grupo de contas denominado Provisões Matemáticas Previdenciárias, observado o detalhamento estabelecido no Plano de Contas aplicável aos RPPS. (Grifo nosso).

5 – LICITAÇÕES

O Relatório que trata das licitações iniciadas e/ou terminadas em 2017 foi encaminhado à Presidência do IPREV e ao Conselho de Administração do RPPS/SC. Da

análise, constatou-se que os processos licitatórios, Dispensa de Licitação e Termos de Permissão de Uso Remunerado apresentados a este Conselho estão de acordo com o que exige a legislação pertinente, recomendando, entretanto, que as licitações na modalidade de Pregão sejam realizadas na forma eletrônica.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação aos municípios de São Bonifácio e Ibirama que não vêm saldando suas obrigações, conforme registradas no Balanço do Fundo Financeiro, recomenda-se que sejam adotadas todas as providencias necessárias para sua cobrança de forma a evitar eventual prescrição, como já ocorreu em outros casos. Ocorrida a prescrição, recomenda-se a apuração das responsabilidades administrativas cabíveis.

Constatou-se no Fundo Financeiro o pagamento de despesas com folha de pagamento dos inativos, que não são benefícios previdenciários. A Unidade Contábil do Instituto abriu processo IPREV 4640/2016 relatando a questão e solicitando o ressarcimento dos valores. Tais ocorrências registraram-se também durante todo o ano de 2016. Este Conselho relatou as ocorrências ao Sr Presidente e recomendou a sua solução.

Nas Notas Explicativas de Dezembro/2017, do Fundo Financeiro, consta um crédito de R\$ 11.622.882,32, objeto de Notificações Extrajudiciais, referente às contribuições previdenciárias e patronal, devidas por servidores em licença sem remuneração, à disposição, inativos, cartorários e instituidores de pensão. Ressalte-se que em 2016 esse crédito era de R\$ R\$ 7.327.083,84. Durante o ano de 2017 os pagamentos foram inexpressivos. A Gerência de Contabilidade de IPREV informou que foi aberto processo IPREV 4342/2016 sugerindo quanto ao registro e baixa desses créditos. O Conselho Fiscal recomenda que a Unidade de Fiscalização do Instituto seja reestruturada, de maneira a agilizar o recebimento desses créditos, evitando a sua prescrição/decadência.

Consta no orçamento de 2017 valor expressivo no item Investimento na Unidade Gestora IPREV. Tal valor orçado impacta na receita necessária. Constatou-se que no ano de 2017, praticamente não foi feito qualquer investimento. Como é sabido, quanto maior a despesa e investimento, maior deverá ser a receita. Como a receita dessa Unidade é quase que exclusivamente oriunda da Taxa de Administração, o acréscimo da despesa ou do item investimento, resultará em uma maior contribuição dos Poderes e Órgãos. Recomenda-se que

quando da elaboração do orçamento, o item Investimento seja acompanhado de projetos de aplicação dos recursos.

Este conselho recomenda, a exemplo do que foi feito no Relatório de 2016, a realização de auditoria nas folhas de pagamento dos Poderes, Ministério Público e Tribunal de Contas, para que seja verificada a sua regularidade. É de se ressaltar que a folha de pagamento dos inativos é totalmente elaborada nos próprios Poderes e Órgãos.

O Conselho Fiscal não analisou a Nota Técnica referente a Avaliação Atuarial do Instituto, eis que é atribuição do Conselho de Administração do RPPS/SC, conforme artigos 33 e 40 da Lei Complementar nº 412/2008. A análise é exclusivamente quanto aos aspectos financeiros que influenciaram no Balanço Anual do Instituto, sem entrar no mérito das bases financeiras e atuariais utilizadas e a sua metodologia.

Desta forma, com base nos relatórios contábeis apresentados a este Conselho Fiscal e em atendimento à legislação vigente, manifestamo-nos no sentido de aprovação das contas, com as ressalvas e recomendações anteriormente registradas.

Florianópolis, 20 de março de 2018

Calirio Cipriano da Silveira
Conselheiro Presidente

Laudenir Fernando Petroncini
Conselheiro Vice-Presidente

Raquel Santos Rachadel da Silva
Conselheira Secretária

Fabíola Ferreira de Macedo
Conselheiro Titular

Marina Elisa Pantzier
Conselheira Titular

Ricardo José da Silva
Conselheiro Titular